



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA PARA DEMONSTRAR OS RELATÓRIOS FISCAIS DO ANO DE
2016 E DO ANO DE 2017, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS
9H, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT, PALÁCIO BARRIGA-
VERDE**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhoras e senhores, bom dia. Eu quero de forma respeitosa cumprimentar todas as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, bem como, os ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Havendo quórum regimental vamos dar início a mais uma reunião da Comissão de Finanças e Tributação desta Casa. Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Tributação referente a 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Eu convido para fazer parte desta mesa a Deputada Estadual Luciane Carminatti, o Deputado Estadual Milton Hobus, Deputado Estadual Fernando Coruja e o Deputado Estadual José Milton Scheffer para que eu possa colocar em votação a referida ata.

Em discussão a ata da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Tributação referente a 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Fernando Coruja está com a palavra para discussão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Eu só queria, já antecipando, saber se na ata não ficou registrado que quem compareceria aqui seria o Secretário de Fazenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Fernando Coruja, vossa excelência me permite, se vossa excelência tiver uma questão de ordem vamos discuti-la após a aprovação ou não da ata.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Mas está incluso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, está incluso e vossa excelência recebeu em seu gabinete cópia da ata.

Senhores Deputados não havendo quem queira discutir em votação. *(Pausa.)*

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Recebo ofício dos Deputados Estaduais Gabriel Ribeiro e Rodrigo Minotto comunicando ausência na reunião do dia de hoje.

Eu convido para fazer parte da mesa o senhor Renato Dias Marques de Lacerda, Secretário Adjunto de Estado da Fazenda, por gentileza. Faço o referido convite, porque ficou acordado que a reunião de hoje terá como pauta única a demonstração e a avaliação do cumprimento das Metas Fiscais, por parte da Secretaria de Estado da



Fazenda, na pessoa do senhor Almir José Gorges, Secretário de Estado da Fazenda, mas tendo em vista que o senhor Secretário encontra-se de licença médica e, em cumprimento ao ofício expedido por esta Comissão onde ficou marcada a data de hoje, 4 de outubro de 2017, às 9h para tratarmos da execução do Relatório de Gestão Fiscal, na sua ausência o está substituindo o senhor Renato Dias Marques de Lacerda, Secretário Adjunto de Estado da Fazenda.

Pela ordem, com a palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Eu quero cumprimentá-lo Presidente, Deputados, todos os estudantes do Estágio-Visita, jovens mulheres e homens, todas as lideranças, o Reitor da nossa Udesc, Secretário Adjunto que estão aqui acompanhando esta reunião.

Eu só quero fazer o registro de que é importante destacar que existe uma prerrogativa legal de que ao final de cada quadrimestre o Secretário de Estado da Fazenda deve vir prestar conta das contas do quadrimestre. Nós estamos agora no 2º quadrimestre de 2017 e ainda não recebemos a vinda do Secretário da Fazenda. Não estou questionando o Secretário atual aqui, porque ele assumiu há pouco tempo, mas quero fazer o registro, como Deputada, que nós temos dois quadrimestres que precisam ser enquadrados, inclusive no ofício que foi enviado temos o 1º e o 2º quadrimestres de 2017.

Então, fazer o registro de que é a primeira vez que vem, não o Secretário titular, o Adjunto, e que este Parlamento precisa levar mais a sério a importância que tem nós fiscalizarmos as contas do Estado de Santa Catarina de acordo com a lei ao final de cada quadrimestre.

Obrigada, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, senhora Deputada, Deputado Fernando Coruja, me sinto na obrigação de fazer um esclarecimento sobre esse assunto.

Deputada Luciane Carminatti, nós já debatemos exaustivamente em reuniões anteriores e todos sabem que não houve o cumprimento da apresentação do 1º quadrimestre, tendo em vista a solicitação de exoneração do Ex-Secretário Antônio Marcos Gavazzoni e, como o Secretário Almir José Gorges estava na primeira ou segunda semana da sua gestão, esta Comissão acordou de que o convidaríamos para fazer a apresentação do 1º e 2º quadrimestre. A proposta acordada por todos foi de minha autoria. O Deputado Fernando Coruja, na época, também havia apresentado um requerimento convocando o Secretário Almir, que num determinado momento nós transformamos exatamente neste convite que estamos executando hoje.

Então, no meu entendimento, essa matéria já foi discutida e passada nesta Comissão, e, tendo em vista que o Secretário Almir José Gorges se encontra doente, e aí temos que respeitar, em cumprimento à decisão da Comissão de convidá-lo para fazer apresentação das Metas Fiscais, nós estamos recebendo no dia de hoje o senhor Renato Dias Marques de Lacerda, Secretário Adjunto de Estado da Fazenda, com as mesmas prerrogativas até porque ele está respondendo pela Secretaria nesta semana. Então ele é o Secretário de Estado da Fazenda e tem todas as prerrogativas legais para aqui fazer a devida apresentação.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Estadual Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Senhor Presidente, senhores Parlamentares, cumprimento a eminente plateia que me parece é composta de estudantes de várias universidades e de vários cursos.

Por dispositivo da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, é preciso que o governo emita vários relatórios, entre eles o chamado



Relatório de Gestão Fiscal, que é quadrimestral e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, que é bimestral, e precisa apresentar na Comissão de Finanças e Tributação, aqui, na Assembleia Legislativa.

Ora, a última vez que o Secretário veio aqui foi no dia 13 de abril de 2016, então, na verdade não são só dois quadrimestres, o governo simplesmente não tem mais comparecido aqui para prestar as informações. Eu apresentei, eminente Presidente, um requerimento para convocar o Secretário para debater vários assuntos relativos, atinentes as finanças do Estado, tendo em vista que estamos extremamente preocupados com as contas públicas do Estado e que o Estado legalmente tem que prestar contas aqui, mas não presta ordinariamente. Eu apresentei um requerimento que ficou sobrestado e acabei de apresentar outro para convocar o Secretário que deve ser deliberado antes da prestação contas, por dispositivo regimental primeiro tem que votar o requerimento da convocação do Secretário.

Nós fomos surpreendidos com a presença do Secretário Adjunto, que argumenta o senhor Presidente ter todas as prerrogativas legais para fazê-lo. Em relação as prerrogativas legais, posso discutir várias questões aqui, senhor Presidente, primeiro, se ele tem uma ata de nomeação para responder pela Secretaria gostaria que me fosse apresentada; segundo, não quero entrar na questão da doença do Secretário, mas é evidente que precisamos saber disso aqui. Qualquer trabalhador quando falta em qualquer lugar tem que levar um atestado, tem que ter uma justificativa, faltou em um lugar tem que levar uma justificativa ou falta e é descontado do salário, da remuneração.

Claro que pode até haver uma questão de educação, nós temos que ser educados, mas com todo o respeito, desde abril de 2016, não há nenhuma prestação de contas aqui. E eu, sem desconsiderar o brilhante Secretário Adjunto, entendo que já se adiou essa visita quarenta vezes, toda semana reclamo isso aqui. Então, agora, hoje, se o Secretário está doente esta semana, se está doente, vamos adiar para a semana que vem, afinal já se adiou quarenta vezes. Não é possível! É preciso que alguém responda efetivamente... porque daí o cara sai...é igual a morte do Reitor, esta semana, deu um rolo, morreu um reitor, era uma juíza, a juíza pediu licença três dias, a outra deu, daí, não há responsabilidade, sabe.

Então, eminente Presidente, eu peço que vote o meu requerimento de convocação do Secretário e que não façamos esta audiência. Eu entendo que a audiência tem que ser com o Secretário que é quem responde. Primeiro saiu um, abril de 2016, foi a última prestação de contas, tem que prestar contas quadrimestralmente, como é que este Poder vai poder fiscalizar? Quer dizer, o Poder Legislativo desde a Revolução Francesa quando cortaram a cabeça de Luís XVI ou quando Luís XIV dizia que o Estado era ele, esculpiram nas Constituições, a americana de 1787 e a francesa em 1891, está lá o Poder Legislativo como Poder fiscalizador. O Poder Legislativo, no artigo 2º da Constituição, está como o primeiro Poder citado. São Poderes independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O nosso papel é esse e se não podemos cumprir esse papel, se não podemos exercer esse papel, senhor Presidente, com todo o respeito, acho que é um desrespeito o que está acontecendo com o Legislativo.

Eu peço que vossa excelência delibere duas coisas ou coloque em votação, primeiro, a votação do meu requerimento; segundo, o adiamento da prestação de contas por que é preciso que venha aqui o Secretário, pelo menos o Secretário; e terceiro, peço a cópia dos relatórios, porque não tenho a cópia dos relatórios, que esta Comissão me encaminhe cópia desses relatórios que vão ser apresentados, também tem que apresentar o relatório por escrito.



Reiterando, primeiro, que me encaminhe cópias do relatório; segundo, que delibere sobre o requerimento; e terceiro, que delibere sobre o adiamento desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado.

Deputado Fernando Coruja, vamos por parte. O senhor Renato Dias Marques de Lacerda é o Secretário de Estado da Fazenda em exercício, o ato nº 1887 foi assinado no dia 29 de setembro pelo senhor Governador do Estado. Ele responde pela Secretaria do dia 2 de outubro até o dia 15 de outubro, e o ato diz que o motivo é durante o usufruto de licença para tratamento de saúde do titular, Secretário Almir José Gorjes, vossa excelência quer ler?

Em segundo lugar, quanto aos relatórios eu ainda não falei sobre a dinâmica da nossa reunião, assim que falar sobre a dinâmica da nossa reunião vamos tratar dos relatórios.

(O Deputado Estadual Fernando Coruja murmura alguma coisa ininteligível fora do microfone.)

Deputado Coruja, está no Diário Oficial, é fé pública.

Senhores vamos dar continuidade, terceiro, por decisão desta Comissão transformamos o requerimento de convocação de vossa excelência em um convite ao Secretário para vir aqui apresentar o Relatório da Gestão Fiscal e acordamos também que, ao final, da apresentação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Mas esse é outro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Deputado Coruja, por gentileza, ao final da apresentação todo e qualquer Deputado tem a prerrogativa de perguntar sobre outras situações do contexto financeiro do Estado, em não ficando satisfeito, aí, sim, vossa excelência terá toda liberdade de apresentar um requerimento para convocação do Secretário. É o que ficou acordado e determinado por decisão desta Comissão.

Então, senhores Deputados, não tenho por que colocar em votação o requerimento do Deputado Coruja tendo em vista decisão já tomada por esta Comissão, ao final, aí, sim, em não ficando satisfeito, tem ampla prerrogativa de apresentar o requerimento convocando o Secretário, conforme decisão desta Comissão.

Senhores Deputados, vamos dar andamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Senhor Presidente, já antecipo que não estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k. fica registrado.

Senhores Deputados, vamos dar prosseguimento a nossa reunião. A dinâmica será da seguinte forma. O Secretário Adjunto, em exercício, vai fazer a distribuição dos Relatórios referentes a 2016, me parece que trouxe impresso, então, por favor, distribua aos senhores Deputados. E ele vai fazer a apresentação no telão do 1º quadrimestre e do 2º quadrimestre e, após a sua apresentação, os senhores Deputados terão a liberdade para fazer as perguntas que acharem necessário quanto ao tema específico e, também, evidentemente, sobre outras situações financeiras do governo do Estado.

Mas antes de passar a palavra ao Deputado José Milton Scheffer e Deputado Milton Hobus, que desejam falar, quero, em nome da Comissão de Finanças, cumprimentar a todos os alunos e alunas que se fazem presentes aqui, que participam da primeira edição do Estágio-Visita, hoje, na Comissão de Finanças e Tributação. Eles participaram ontem da reunião da Comissão de Constituição de Justiça, da qual também faço parte.



Eu queria alertá-los de que a dinâmica da Comissão de Finanças e Tributação é parecida com a da Comissão de Constituição e Justiça, com uma pequena diferença, como nesta Comissão tratamos do Orçamento do Estado e de toda a situação orçamentária e financeira do Estado, em algumas oportunidades a dinâmica é completamente diferente, e, hoje, vocês estão participando de uma reunião com a dinâmica completamente diferente, pois é a apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do governo do Estado e está aqui o Secretário Adjunto que está no momento no exercício do cargo.

Eu faço questão de mencionar os Municípios que estão representados aqui: Abelardo Luz, Araranguá, Balneário Camboriú, Blumenau, Capinzal, Campos Novos, Canelinha, Criciúma, Concórdia, Correia Pinto, Coronel Freitas, Curitibanos, Florianópolis, Itajaí, Lages, Maravilha, Navegantes, Saudades, Serra Alta, São Bento do Sul, São João Batista, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Seara, Sombrio, Tijucas, Urussanga e Videira, sejam todos bem-vindos. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*]

Senhores Deputados, vamos dar o início efetivo da nossa reunião com a apresentação por parte do Renato Dias Marques de Lacerda, Secretário Adjunto de Estado da Fazenda, acerca da gestão fiscal do governo do Estado.

O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA (SC) – Bom dia, Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa; senhores Deputados; aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia; pela Rádio Alesc e aos demais presentes; em especial os universitários acadêmicos que estão aqui participando dessa experiência enriquecedora na Assembleia Legislativa.

Hoje nós estamos aqui para apresentar os quadros das metas fiscais de 2017, do 1º e do 2º quadrimestre. Como já foi dito, o Secretário Almir Gorges, que é o titular da pasta, está com problema de saúde, precisou se ausentar, então por ato do Governador eu estou respondendo de forma interina pela Secretaria. Sou funcionário de carreira, com 22 anos de carreira na Secretaria da Fazenda, estou acompanhado aqui pela diretora de Contabilidade Geral, também servidora de carreira, contadora do Estado, a doutora Graziela.

Nós vamos apresentar aqui os relatórios das contas dos dois quadrimestres, que são também fruto do trabalho de um imenso corpo de servidores fazendários que também trabalham no nosso suporte, desde a arrecadação, na parte orçamentária, na contabilização e na auditoria. Estamos nós dois aqui honrados por representar a Secretaria da Fazenda e os mil servidores que desempenham essa função difícil, mas bastante nobre dentro do Poder Executivo.

Vou mais ou menos organizar a apresentação nessa agenda, traçar uma linha, traçar um cenário primeiro e contextualizar em que momento as contas públicas se enquadram, porque não é possível fazer uma análise das contas públicas isoladamente de todo um contexto mundial, eu diria, mas principalmente dentro de uma crise econômica seríssima, a pior pela qual este país já passou. E eu vou, nesse cenário, poder analisar com os senhores como Santa Catarina se comportou dentro dessa tendência. E ao final entraremos na apresentação dos números em si.

(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

Estamos aqui em cumprimento ao dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, querendo registrar apenas que em todos os quadrimestres os quadros, os relatórios foram devidamente publicados. Nós temos um portal da transparência que já recebeu diversos prêmios nacionais. A questão da transparência já nos permitiu um reconhecimento internacional, vou falar um pouco mais à frente; e apesar de não ter



eventualmente feito a apresentação pessoal a esta Casa, os relatórios foram devidamente apresentados e entregues dentro dos prazos legais.

Eu queria começar contextualizando que 2016 encerrou; e 2017 também está com a arrecadação tributária no mesmo nível real de 2013. Se os senhores puderem observar neste gráfico (*aponta para a imagem*), as barras azuis mostram a arrecadação nominal; ou seja, quanto que foi arrecadado em cada um daqueles anos. Então os senhores podem observar um crescente... Mas se nós descontarmos a inflação desses períodos, se nós fizemos uma correção monetária de cada uma dessas arrecadações das barras azuis, as barras verdes mostram qual é o valor real que nós deveríamos usar para comparar a arrecadação.

Então, observem que em 2013 a arrecadação corrigida estaria no nível de R\$ 25,2 bilhões. Nós tivemos um 2014 ainda bom, e depois começou um declínio, e nós fechamos o ano passado com uma arrecadação de R\$ 24,2 bilhões, que mesmo corrigida é uma arrecadação inferior à de 2013. Então nós perdemos para a inflação.

E nesse período em que a economia toda sofria, nós tivemos menos produção industrial, nós tivemos menos vendas, nós tivemos famílias desempregadas, nós tivemos 25 mil famílias que tiveram que interromper os seus serviços de saúde privada, migrando dos planos de saúde para a educação pública. Esse é um cenário de desemprego nacional, Estados como o Rio de Janeiro, Estados ricos, chegaram ao nível de desemprego na ordem de 15% da mão de obra apta para o trabalho. São níveis históricos de um período bastante triste para a economia brasileira.

Nesse cenário de crise, e eu acredito que essa apresentação seja bastante enriquecedora para os acadêmicos estão aqui, porque muitos dos senhores daqui a pouco tempo estarão trabalhando para o governo ou vão estar empreendendo e de alguma forma contribuindo na forma de impostos para a manutenção do Estado. E no mínimo, do que nós esperamos da formação do cidadão crítico, serão cidadãos que terão a visão da relevância desses temas todos para o País e, particularmente, para o nosso Estado.

Quando nós começamos esse período de crise, os Estados imediatamente começaram a fazer uma revisão da sua tabela tributária. Então o que acontece? Quando a gente tem uma dificuldade lá em casa, nós temos uma diminuição da nossa renda, nós não temos muitas opções. Nós vamos fazer uma outra atividade remunerada para aumentar a receita ou nós vamos ter que fazer uma diminuição de gastos. Então alguns Estados optaram por aumentar receita, coisa que nós, lá nas nossas famílias, nem sempre a gente consegue, porque nós já temos o nosso emprego, já temos a nossa esposa, o nosso cônjuge já tem um emprego, já tem filho trabalhando, e a gente tem dificuldade de aumentar a receita. Mas os Estados ainda poderiam, de alguma forma, fazer isso aumentando a carga tributária.

Santa Catarina optou por não aumentar a carga tributária. O que significa? Se nós tivéssemos tomado essa decisão de lá atrás aumentar a carga tributária, por exemplo, em três setores, os três principais da arrecadação. A arrecadação de combustíveis, a alíquota de ICMS de combustíveis é 25%. A maioria dos Estados já está em 30%. Se nós tivéssemos aumentado para empatar com a tributação dos outros Estados, nós teríamos um acréscimo de R\$ 60 milhões por mês, mais ou menos, na arrecadação.

A energia elétrica, na maior parte dos Estados, já está também com uma alíquota de ICMS de 30%. Aqui em Santa Catarina nós mantivemos em 25%, uma das mais baixas do Brasil. Se nós tivéssemos aumentado, teríamos uma receita suplementar de aproximadamente R\$ 40 milhões por mês. Serviços de telecomunicações, a maioria dos Estados já está também tributando a 30%, até 32%. Nós também temos alíquota de



25%, congelada desde 1989. O acréscimo de tributação de telecomunicação seria de R\$ 20 milhões por mês. Somados só esses três setores, nós teríamos um incremento mensal de R\$ 120 milhões, que daria aproximadamente R\$ 1,4 bilhão por ano. Isso resolveria todos os nossos problemas? Aparentemente, sim. Os senhores poderiam pensar: ótimo, o Estado teria R\$ 1 bilhão a mais por ano de receita e aí teria condição de assumir todos os seus compromissos e passar com tranquilidade por esse momento de turbulência.

Mas o que eu vou mostrar para os senhores é que não é tão simples assim. Se nós aumentarmos a tributação da energia elétrica, isso aumenta imediatamente a planilha de custo de todas as indústrias de Santa Catarina. Então os produtos catarinenses, a indústria catarinense imediatamente vai ter que reajustar o seu preço, e com isso o produto catarinense fica menos competitivo do que de outros Estados e de outros países. Muito bem que nós não concorremos apenas com Paraná e com Rio Grande do Sul. Nós concorremos com produtos da China, com produtos da Ásia, com produtos dos outros vizinhos da América Latina. Então a é concorrência internacional, se eu aumento a tributação de energia elétrica e de combustíveis, eu estou dificultando a competitividade econômica de Santa Catarina.

Por outro lado, ficar alterando a legislação a todo tempo também mostra para os empresários que já estão aqui, mostra para aqueles investidores que estão procurando um lugar para investir que Santa Catarina também é um Estado que não passa segurança, porque a qualquer momento de turbulência o Estado vai lá e aumenta o imposto, ou vai lá e muda a alíquota, ou vai lá e mexe, aumenta e inventa uma forma de aumentar a carga tributária nos contribuintes. Isso não é bom para a imagem do Brasil e isso não é bom para imagem do Estado de Santa Catarina.

Então quando nós tomamos essa decisão... o Governador Raimundo Colombo tomou essa decisão, a área técnica deu suporte para essa decisão: nós temos condições de fazer uma gestão austera e não temos como aumentar a receita. Nós vamos fazer uma gestão transparente e austera, mantendo Santa Catarina como um Estado competitivo. Apesar da primeira impressão ser a de que Santa Catarina estaria abrindo mão de recursos financeiros, o que fizemos foi manter Santa Catarina competitiva, e isso já está fazendo resultado e eu vou mostrar para os senhores que em pouco tempo isso vai se mostrar a decisão mais acertada que qualquer gestor público poderia ter feito.

Nesta semana o Instituto Endeavor publicou uma pesquisa nacional, que saiu na revista *Época*, que ainda deve estar nas bancas, que Santa Catarina foi o Estado que menos alterou a legislação tributária. Ora, esse reconhecimento não é porque nós fomos lá e dissemos, foi feita uma pesquisa por um instituto isento, uma pesquisa técnica e mostrou que Santa Catarina é um Estado que tem estabilidade na sua legislação tributária. Então esse é o reconhecimento que nós recebemos de fora e que coloca Santa Catarina em invisibilidade perante os investidores nacionais, os domésticos, e também os estrangeiros. Santa Catarina mostra estabilidade e transmite segurança para quem quer investir aqui.

Esse reconhecimento da nossa competitividade não veio só em função da questão da legislação tributária e não só pelo fato de nós não termos aumentado os impostos. Nós também passamos por um período de apuração, os dois institutos independentes que fizeram o *ranking*, considerando dez critérios de excelência em gestão pública, subdivididos em inúmeros indicadores, e Santa Catarina também obteve uma posição de destaque.

Nesse *ranking* de competitividade dos Estados, Santa Catarina ficou em segundo lugar. Isso, mais uma vez, pode parecer pouco para quem já está aqui em casa, nós já estamos acostumados com o padrão de qualidade em Santa Catarina, nós já sabemos da força da nossa indústria, nós já conhecemos a força do nosso povo, da mão de obra



catarinense, qualificada - a nossa indústria -, e nós sabemos das ações de governo que nós fazemos. [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

E aqui nós, servidores, hoje eu estou como Secretário Adjunto, cumprindo esse difícil papel de substituir o meu Secretário aqui, mas para nós, que estamos lá dentro, nós percebemos a qualidade do trabalho com que nos esforçamos a fazer a cada dia, mas esse reconhecimento quando vem de fora para nós, é bastante importante, porque ele é o reconhecimento de uma instituição isenta, não somos nós que estamos falando.

Nesse *ranking* Santa Catarina, nos últimos anos, veio galgando posições. Estivemos em sétimo lugar e passamos para o quinto lugar, solidificando esse posicionamento. Passamos para quarto lugar, depois terceiro lugar e agora estamos em segundo lugar. Somos o primeiro Estado do Brasil em segurança pública e sustentabilidade social, o terceiro melhor em educação, terceiro melhor em infraestrutura, terceiro melhor em inovação e o terceiro, que é o que eu gosto de destacar mais, em capital humano porque a qualidade do nosso povo que faz Santa Catarina despontar. São os senhores que estão hoje na faculdade que daqui a poucos anos vão estar no mercado de trabalho representando Santa Catarina na iniciativa privada como empresários ou como funcionários das empresas catarinenses, como servidores públicos ou como políticos, os senhores vão estar mantendo esse nível.

E nós sabemos que alcançar a primeira colocação não vai ser fácil, porque é São Paulo, o Estado mais poderoso da América Latina, o poderio econômico gigantesco, mas eu acredito que em pouco tempo, conhecendo bem os indicadores com que Santa Catarina, vamos dizer assim, perdeu para São Paulo, tenho certeza que esse terceiro lugar no capital humano que vai nos solidificar nessa posição e quem sabe em alguns anos nos permitir estar ali bem próximo de São Paulo, quem sabe ultrapassando-o, porque a diferença está nas pessoas e eu repito isso.

Dentro desse mesmo evento, Santa Catarina foi premiada em outra categoria, que é um prêmio de excelência em competitividade internacional. Aqui nós não estávamos sendo comparados com os outros Estados do Brasil, estávamos sendo comparados com países e nesse prêmio Santa Catarina ganhou o primeiro lugar. O Governador Raimundo Colombo não estaria nesse evento, mas quando a folha de São Paulo veio aqui nos procurar a equipe organizadora desse estudo em fazer a premiação, pediu que fôssemos lá pessoalmente para que recebêssemos esse reconhecimento e essa visibilidade permitiu que Santa Catarina fosse vista pelos investidores domésticos e estrangeiros. Temos uma agência de investimentos que em parceria do governo do Estado com a federação da indústria, foram mapeadas 213 buscas por Santa Catarina, empresas que nos contactaram, que estão procurando informações e querem trazer investimentos para cá.

Estamos trabalhando há aproximadamente três anos e esse gargalo nem todo mundo nos procura efetivamente avançando as discussões, mas esse termômetro demonstra que nós estamos no caminho certo. Esses são os setores (*mostra gráfico*) que nos tem mais chamado atenção dos investimentos e hoje na nossa carteira, chamamos assim, temos pelo menos 43 projetos relevantes que vão gerar aproximadamente 5500 empregos e investimentos na ordem de R\$ 5,9 bilhões.

Vou adiantar um pouco essas questões econômicas e passar rapidamente, senhor presidente, para chegar ao ponto, mas é importante contextualizar que nesses gráficos (*mostra gráfico*) em que eu mostro a curva nacional em linha azul, Santa Catarina está sempre acima, seja na demanda, na importação, temos a safra recorde, a produção industrial muito acima do nível nacional, a taxa de crescimento das vendas de varejo muito acima do nível nacional. Nosso nível de desemprego é de 7,9%, quando no Brasil a média ainda é 13%, mencionei aqui que o Rio de Janeiro tem o índice de desemprego



de 15%, temos 7,9% de desemprego e os estudos já mostram que para 2017 teremos um crescimento positivo de 2%, maior do que o Brasil que está estimado para 0,5% e para o ano que vem teremos um crescimento já estimado na ordem de 3% a 4%. Todo esse cenário econômico vai se refletir quando estivermos falando em arrecadação tributária.

Então já que estamos falando de indicadores fiscais, só para o público que está ouvindo em casa e quem está aqui quando falamos em gestão fiscal, apesar da palavra fiscal remeter a figura daquela pessoa que é um fiscal de tributos, de impostos, a gestão fiscal, o equilíbrio fiscal e essa palavra, esse adjetivo fiscal tem dois lados: a receita e a despesa.

Quando falamos em gestão fiscal, estamos falando da qualidade do gasto e também no controle da receita. Esse gráfico mostra para os senhores que tivemos na linha azul, essa que tem as bolinhas brancas, (*aponta para o gráfico*) nós temos o crescimento acumulado da arrecadação. No último quadrimestre de 2016, se os senhores olharem ali no gráfico irão perceber uma queda que começou no início de 2016 e veio até o final do ano. A queda que veio se acumulando no auge da crise, e que já estava bem mais forte nos outros Estados do Brasil, naquele momento chegou a Santa Catarina. Não conseguiríamos nos isolar por muito tempo porque os clientes das nossas empresas também estão nos outros Estados e se os outros Estados estão em crise, a nossa indústria tem que vender para um contribuinte para uma indústria de São Paulo, dos outros Estados. Então a crise chegou a Santa Catarina, sim, a produção industrial encolheu, tivemos problemas nas vendas, e é claro, a arrecadação tributária cai. No 2º quadrimestre ela se acentuou, chegou aos níveis mais baixos sempre perdendo para a inflação. Ali, (*mostra gráfico*) aquela linha vermelha é o nível de inflação e os senhores vão ver que todo exercício de 2016, estivemos abaixo da inflação. Se vamos delimitar essa área, entre a linha azul e a linha vermelha, é todo um volume de arrecadação negativa, ou seja, tivemos a arrecadação insuficiente para arcar com o crescimento já que a inflação reflete nos nossos gastos. Vejam a dificuldade da gestão fiscal, dois lados, repetindo então: eu tenho uma receita, que durante meses seguidos cresce perdendo para inflação, ou seja, não tenho crescimento real e do outro lado tenho despesas que são os contratos que o Estado tem, os contratos de fornecimentos de mercadorias, as compras e os contratos de prestação serviço, que são contratos que preveem, normalmente, uma correção monetária, uma reposição da inflação.

Na Secretária da Saúde tenho gastos com medicamentos, e os insumos usados na saúde, muitos deles, são dolarizados, então eu tenho momentos de despesas que crescem pela inflação e muitas vezes acima da inflação, por outro lado a minha receita não sobe, sem conseguir alcançar a inflação. Nesse momento queimamos todas as nossas reservas, como aconteceria em qualquer controle de orçamento doméstico, fica sempre fácil fazer, constando a sua despesa está subindo, a prestação da casa, a prestação do carro, o supermercado sobe e o seu salário está congelado, essa é comparação que precisamos fazer. Quem tem poupança, usa a poupança, quem não tem entra no cheque especial ou então arruma outro emprego.

Em nosso caso, decidimos não tributar, não levar esse custo para o empresário catarinense e para a sociedade catarinense. Nosso IPVA ainda é um dos mais baixos do Brasil, para falar sobre um imposto que todo mundo que tem o carro paga, porque às vezes não nos colocamos na condição do empresário, mas esquecemos que no IPVA que pagamos o ICMS está embutido, em tudo que compramos no supermercado, no posto de gasolina, na conta de luz, nós pagamos esses impostos todos. Se o Estado aumentasse o ICMS da energia, do combustível, da Celesc, na conta do posto de gasolina e na conta do supermercado, todo cidadão sentiria no bolso.



Nesse período tivemos essa dificuldade, é verdade, mas também fizemos algum trabalho e a curva que está ali em azul claro, ela mostra que as ações que foram feitas para controle do crescimento da folha de pagamento. A folha de pagamento, é verdade, nós temos dificuldades legais em diminuir a folha de pagamento. Os senhores sabem e muitos já estão pensando nessa possibilidade, que o servidor público tem estabilidade, mas sabemos que o servidor público quando se aposenta, a maioria antes das reformas levou a paridade para aposentadoria. Hoje não, os servidores públicos novos já vão atender a um teto similar ao do INSS e aos poucos essa reforma da previdência que foi feita em Santa Catarina vai começar a diminuir essa curva desse déficit previdenciário, lá para frente, mas hoje eu ainda tenho uma folha de pagamento com direitos adquiridos pelas categorias e pelos aposentados que já prestaram serviço ao Estado de Santa Catarina, que nos impõe algumas dificuldades em fazer a sua redução. Mesmo assim a curva mostra que a folha tem o nível de crescimento cada vez menor, tivemos picos nessa curva, os senhores podem estar pensando lá para trás, que foram momentos em que houve contratações importantes na educação, na segurança pública e na saúde. Algumas recolocações para recompor o quadro de aposentadoria do Estado, então neste momento em que o Estado de Santa Catarina coloca mil servidores a mais para trabalhar na segurança pública, isso impacta no crescimento da folha imediatamente, mas nos últimos meses os senhores vão observar que já chegamos a um estágio em que a arrecadação voltou a crescer em um nível acima da inflação e voltou a crescer mais do que o crescimento da folha.

Quando houve o cruzamento dessas curvas, voltamos a reconstruir esse saldo negativo que temos aqui nesse bolsão, abaixo da inflação. Nós criamos uma bolsa ali de poupança negativa, vamos chamar assim, que agora quando muda o viés das duas curvas, vamos recomçar a refazer essa poupança, temos que acertar as contas que ainda estão pendentes, honrar com os compromissos que o Estado tem e reestruturar as finanças públicas a partir dessa recuperação, que se desenha agora e naquelas telas anteriores eu mostrei para os senhores, que é um cenário de recuperação sólido. Eu já diria sólido para Santa Catarina, em função de todos os indicadores que já acompanhamos e que ainda está buscando uma solidez maior em nível nacional, mas que acreditamos que nos próximos meses já estará totalmente consolidada a recuperação.

O que aconteceu nos últimos meses, e os senhores vão acompanhar aqui, houve um crescimento pausado da arrecadação, e a cada mês foi construído um pouco esse crescimento. Nesse mês estamos alcançando o orçado, nos primeiros meses ainda tivemos uma arrecadação abaixo do orçado e agora no volume nós praticamente estamos empatando com aquela receita que foi feita no Orçamento de 2017, construído em 2016. O Orçamento, os senhores devem saber, ele é construído no ano anterior. Nessa época agora, estamos construindo um orçamento que será observado no ano seguinte. Agora estamos empatando com o orçamento. Esse gráfico aqui (*mostra gráfico*), eu gostaria que os senhores entendessem, que é o seguinte: cada ano o que desse é o comportamento mensal da arrecadação; o 1º quadrimestre de 2017, que vamos apresentar em seguida os números, eles representam meses que vem a arrecadação de janeiro, fevereiro, final do verão, aquele consumo do 13º, tivemos um 1º quadrimestre razoável. Em fevereiro acontece uma queda natural da arrecadação, pois é um mês curto, a produção econômica é menor, porém os meses de janeiro e abril são meses interessantes para a arrecadação. Historicamente tem sido assim.

O 2º quadrimestre por sua vez é um quadrimestre com a arrecadação normalmente em baixa. A arrecadação do 2º quadrimestre tende a ser menor do que a do 3º quadrimestre que estamos começando agora. Quando formos falar em seguida dos



gastos com saúde e educação, particularmente, temos um comportamento que necessariamente segue esse movimento sazonal. Em outras palavras, temos uma receita que entra mais em um mês e no outro mês ela entra menos, no outro mês ela entra mais, dois meses seguidos ela entra menos. Nessa gestão financeira, quando se tem, uma poupança é mais fácil usar essa poupança e manter os gastos de uma forma linear. Quando não temos a poupança a minha capacidade financeira oscila imediatamente, conforme a receita, e assim da mesma forma com os senhores. Quando entra o 13º salário nos permite elevar o gasto e honrar algumas dívidas, mas no Estado considerando as proporções imensamente diferentes, estamos falando de gastos muito grandes, que tem que ser feitos para manter os serviços em andamento. Esse cenário mostra que esse 2º quadrimestre foi bom, é verdade.

A curva lá de cima é a de 2017, a azul clara já dá um salto que nós só tivemos em 2014, e ali é uma linha um pouco esverdeada. Nós temos um 2º quadrimestre melhor do que o 1º, mas acreditamos e tudo leva a crer, pelos indicadores econômicos que eu mostrei e pela sazonalidade da arrecadação, que no último quadrimestre do ano teremos uma recuperação financeira do Estado de Santa Catarina, com o aumento da arrecadação já observado em setembro, com arrecadação muito boa e em dezembro, principalmente, em função já das vendas de fim do ano. Novembro, necessariamente não é uma arrecadação alta, por questões de apuração de impostos, é uma época em que as empresas estão montando seus estoques. Quando as empresas montam seus estoques tem um crédito de ICMS que diminui o pagamento efetivo, mas no montante do 3º quadrimestre, senhores Deputados, será melhor.

Colocado isso, como funciona a gestão fiscal? Santa Catarina arrecada seus recursos, finalizamos o mês de agosto na casa de R\$ 2 bilhões, para arredondar o exemplo. Nós fazemos uma divisão imediata com os Municípios, temos que repassar 25% da arrecadação em média para os Municípios e desse saldo fazemos um repasse para os demais Poderes e órgãos, que estão nessa tela (*aponta para a imagem*). Então 21,88% dos recursos que sobraram após o repasse para os Municípios, serão transferidos a essas casas que representam também o Estado de Santa Catarina e o Executivo tem que fazer a sua gestão. Dividindo os recursos, aproximadamente metade e um pouco mais da metade, é o que o Poder Executivo tem para cumprir as suas obrigações. E aí senhores, a principal obrigação que temos hoje e a nossa meta principal, ao contrário de alguns Estados que não conseguiram manter a sua folha de pagamento em dia, há Estados com dois meses de atraso e mais o 13º, a nossa principal meta, nosso objetivo é manter a folha de pagamento em dia.

Senhores, isso não é um privilégio do servidor público, do funcionalismo público. Quando dizemos que a folha de pagamentos tem que estar em dia, estamos falando de profissionais que trabalharam; são os policiais, os médicos, os professores, estamos falando dos servidores públicos que trabalharam e como todo trabalhador, tem o primeiro direito que é ter seus alimentos garantidos. Não estou aqui para nos gabar, estamos pagando em dia, porque pode parecer uma obrigação, mas hoje no cenário que estamos terminando e concluindo esse ciclo de crises, manter o salário em dia, foi sim, uma das grandes realizações deste ano. Adiantamos metade do 13º salário, muitos Estados da Federação não pagaram ainda o de 2016. Santa Catarina já pagou adiantando a metade do 13º salário e estamos fazendo todos os esforços para pagar a segunda metade no fim do ano, mas a prioridade é manter o salário do mês em dia e assim estamos fazendo [*Revisora: Ilka Maria Fretta*] [*Taquígrafa-Leiturista: Dulce M da Costa Faria*] com os recursos que eu mostrei no gráfico divididos com os Municípios, repassando os valores a cada Poder, para que cada Poder possa fazer a sua gestão. Pagando a folha de pagamento, as próximas obrigações prioritárias do Estado



são a educação e a saúde. E aqui, prestando contas, senhores Deputados, nós temos as obrigações constitucionais de fazer um investimento de 25% da nossa receita líquida de impostos na educação, que estão sendo cumpridos no acumulado de janeiro a agosto. Estamos com um índice apurado de 26,47% e a saúde está nesse momento congelada, como mostra a foto de 31 de agosto, um pouquinho abaixo da meta de 13% para saúde.

Nossa meta do investimento da receita líquida de impostos era de 12% para saúde; em 2017 ela então passou a 13%. Nós estamos buscando essa meta, que estava sendo cumprida até o meio do ano, aproximadamente, e agora nós estamos próximos da meta, embora um pouco abaixo. Mas como eu demonstrei, pela projeção da arrecadação no próximo quadrimestre nós conseguiremos alcançar o número de 13,2 que nós estamos projetando para atender a disposição constitucional de investimento mínimo para saúde.

Senhores, temos um demonstrativo do investido em educação e saúde e vou ser breve para tentarmos manter o horário e irmos para as perguntas. Fizemos alguns investimentos relevantes em função do Pacto Novas Escolas e na saúde nós já vínhamos impondo um crescimento de 12% em 2017. Agora, nossa meta será o 13% para o ano que vem, em 2018, para subir a 14%. Nós temos desafios na área da saúde, é verdade, nós temos questões que são, por exemplo, as ações judiciais em que o Estado tenha a determinação judicial de prestar fornecimento de medicamentos específicos.

Essas ações já somam R\$ 220 milhões neste ano, gastos que são despesas extras que, além do orçado, nos forcem a fazer gestão. Nós temos que cumprir a decisão judicial e, de alguma forma, fazer uma gestão, pois não temos como gerar um recurso novo. Então tiramos de outra área para poder cumprir essa decisão judicial. Nós temos a dificuldade da tabela do SUS que está congelada e nós temos um repasse inferior do Governo Federal, em função dos gastos que o Estado de Santa Catarina tem na saúde. E temos a questão do aumento dos usuários, que eu já havia mencionado.

Mesmo assim conseguimos manter um nível de atendimento bastante interessante, com mais de meio milhão de atendimentos no primeiro semestre, 23 mil cirurgias, mais de um milhão e seiscentos mil exames e temos uma estrutura pública relevante. Reconhecemos algumas dificuldades pelas quais estamos passando no setor de saúde, no momento, mas temos uma equipe da Secretaria da Fazenda prestando serviços na Secretaria de Saúde. Pelo menos três contadores e um auditor externo também e um auditor interno do Poder Executivo. Temos profissionais lá dentro auxiliando na gestão e já conseguimos visualizar algumas ações que, em breve, trarão melhores resultados para esse momento de dificuldade na receita, pelo qual ainda estamos passando.

Feitos os investimentos em saúde e educação, paga a folha e todos os Poderes, conseguimos ainda fazer investimentos em Segurança Pública, estamos reforçando os efetivos e, nesse cenário, não precisamos recorrer a endividamento para pagar despesas de custeio. Então senhores, quando nós precisamos cobrir o excesso de despesa com empréstimo, essa é uma decisão bastante difícil, pois se nós usarmos empréstimos... Vamos falar primeiro as famílias. Se usarmos empréstimos para pagar despesas do dia a dia, isso vai gerar uma bola de neve, porque aquela despesa volta no mês seguinte e você terá que pegar outro empréstimo.

Então, os empréstimos não devem ser tomados para despesas de custeio e despesa corrente, porque isso é uma bola de neve da qual a gente não consegue sair. Em Santa Catarina, o nível de endividamento está sob controle. Nossa dívida hoje é de 43% da nossa receita corrente líquida, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal nos obriga a observar um teto de 200%. Estamos bem abaixo do grau de endividamento máximo da



Lei de Responsabilidade Fiscal e fazemos uma gestão bastante responsável dessa dívida.

Nós tivemos uma participação importante na renegociação com a União. Quando esse governo entrou em 2011, havia um saldo de dívida de R\$ 12 bilhões e o governo contraiu mais R\$ 8 bilhões. Então, somando, tínhamos um saldo de R\$ 20 bilhões. Nós pagamos R\$ 12 bilhões e o saldo continuava R\$ 19, pois os juros estavam num nível em que pagávamos, pagávamos e pagávamos e não conseguíamos perceber uma diminuição no saldo de dívida. Essa gestão que Santa Catarina fez junto ao Governo Federal permitiu a nós e aos outros Estados uma economia na dívida, que já diminui esse ano aproximadamente um milhão, que pagamos a menos em juros à União, em função da renegociação.

Hoje, o quadro da dívida pública, senhores Deputados e senhores presentes nesta audiência, nossa dívida pública é de aproximadamente R\$ 32 bilhões. Eu queria destacar para os senhores que, desses R\$ 9 bilhões de curto prazo, R\$ 6 bilhões, ou seja, grande maioria desses valores são valores para os quais o Estado tem lastro financeiro. São empréstimos consignados e outras dívidas, como depósitos judiciais depositados no Tribunal de Justiça. Então são valores para os quais o Estado tem o financeiro reservado para cobri-los.

Portanto, a nossa dívida de curto prazo é bastante baixa e, como eu já mostrei na tela anterior, totalmente controlada. Nós temos aqui nossos saldos, eu mencionei há pouco. Do saldo de R\$ 11 bilhões que nós tínhamos no início do ano, nós já pagamos 12 e continuamos devendo 19, e só pegamos R\$ 8 bilhões de novas operações de crédito nesse período. Essa curva tende a se aplainar em função da renegociação. E para este ano, senhores, enfatizando o que eu coloquei antes, essas operações de crédito são relevantes, por que são valores que o Estado consegue transformar em investimentos.

No Pacto de Santa Catarina dos últimos três anos, somando as últimas três barras, já foram aproximadamente R\$ 6 bilhões de investimentos e boa parte desses valores é financiada por operações de crédito. Nós também temos um programa de operação de crédito, que se reveste no Fundam, que é feito com investimentos realizados nas municipalidades. Então, dentro da realidade local, o Estado, em convênio com o Município, permite que os investimentos em infraestrutura sejam feitos na municipalidade. É a resolução local das necessidades, através da intervenção do Estado, pelo programa do Fundam.

Nesses últimos anos, o Estado de Santa Catarina se mostrou parceiro dos Municípios, permitindo que esses programas levem os investimentos também para as necessidades locais, onde elas são mais facilmente percebidas. Nos últimos três anos, só do Fundam, esses investimentos passaram de R\$ 1 bilhão.

Vou agora passar a palavra para a diretora de contabilidade do Estado, doutora Graziela, que vai repassar mais especificamente em relação às metas fiscais. Vou permanecer aqui para prestar mais algum esclarecimento no final.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM - *(Cumprimenta os componentes da mesa e demais presentes).*

Gostaria também de mencionar minha satisfação por ter jovens comprometidos e interessados em saber da situação das finanças do Estado e agradecer também ao Secretário Renato Lacerda pela exposição inicial, porque ele contextualiza todos os resultados que o Estado alcançou até o momento, todas as difíceis decisões que o Estado teve que tomar para manter as contas em dia, seja na arrecadação dos tributos, seja na qualificação do gasto público.

Primeiramente, eu vou apresentar os resultados do primeiro quadrimestre deste ano que representam os resultados alcançados e acumulados dos meses de janeiro



a abril. Em seguida, passo com mais detalhes a exposição dos resultados do segundo quadrimestre, que são os números mais atuais.

(Continua a apresentação em PowerPoint.)

A arrecadação bruta do Estado, ou seja, tudo que o Estado arrecada antes da própria transferência aos Municípios, como o Renato já comentou, no primeiro quadrimestre de 2017 somou R\$ 10,92 bilhões, ou seja, R\$ 11 bilhões. No primeiro quadrimestre de 2016 o Estado teve uma arrecadação menor, até mesmo em virtude da crise que estava mais forte, e agora já temos essa retomada, mas no primeiro quadrimestre do ano anterior tivemos uma arrecadação de R\$ 11 bilhões. É uma diferença pequena, mas mostra efetivamente uma arrecadação menor.

É importante ressaltar que dentro da arrecadação do Estado não entram apenas tributos. A arrecadação maior vem da parte de tributos. Por exemplo, de R\$ 10,92 bilhões, tivemos efetivamente R\$ 7 bilhões de tributos. Mas o Estado também tem outras receitas, como de aplicações financeiras, empréstimos, receita de contribuições, que são as receitas do regime próprio de previdência dos servidores, o Iprev, receita de serviços que são prestados e outras receitas, por exemplo, as que vêm do Governo Federal, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Da arrecadação própria, o ICMS bruto no primeiro quadrimestre, somou R\$ 6,360 bilhões. Comparado ao primeiro quadrimestre de 2016 a gente teve um acréscimo de 11%, pois nesse primeiro quadrimestre de 2016 foram R\$ 5,740 bilhões.

O somatório da arrecadação tributária própria, ou seja, todos os tributos que o Estado tenha competência de arrecadar, que é o ICMS, o IPVA e ITCD, o imposto de renda retido sobre a fonte de pagamento sobre a folha de pagamento dos servidores, também dos pagamentos que o Estado contrata, mais as taxas, o somatório no primeiro quadrimestre foi de R\$ 7,550 bilhões, sendo que no primeiro quadrimestre de 2016, foram R\$ 6,880 bilhões.

De repasses da União. O nosso Estado, por conta da nossa movimentação econômica, não é tão dependente assim dos repasses do Governo Federal. Os impostos que o Governo Federal arrecada acabam sendo distribuídos, na maior parte, para os Estados da região nordeste e norte. Então, nosso Estado de FPE, por exemplo, no primeiro quadrimestre recebeu R\$ 377 milhões do Governo Federal; de IPI recebeu R\$ 87 milhões. O somatório desses recursos comparado com o primeiro quadrimestre do ano anterior, nós tivemos um acréscimo de 6%.

Isso aqui é uma sopa de letrinhas, mas é importante a gente frisar esses conceitos de receitas, porque eles servem de base para avaliação de cumprimento de limites constitucionais ou limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então nós temos um conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), que é base para verificação, por exemplo, do gasto com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal, do endividamento, da concessão de garantias e operações de crédito. Então que é Receita Corrente Líquida? Basicamente, RCL são as receitas arrecadadas pelo Estado, descontados os repasses aos Municípios e a transferência ao Fundeb. Então, como é receita corrente, por exemplo, não entram as receitas de operações de crédito, pois são receitas esporádicas. Não acontecem todo ano ou todo mês. Por isso não poderíamos contar isso como base para gasto com pessoal, até porque em regra, a gente não pega empréstimo para pagar gasto com pessoal.

Receita Líquida Disponível (RLD). Esse é um conceito que foi criado aqui no Estado pela Secretaria da Fazenda para formar a base, o bolo que é transferido para os Poderes e para os Órgãos, como o Tribunal de Contas, o Ministério Público e também para a Universidade do Estado. Basicamente, a receita de impostos que a Secretaria da Fazenda arrecada, descontado o repasse para os Municípios e o Fundeb.



A receita líquida de impostos é um conceito da Constituição Federal e é a base para aplicação mínima em saúde e educação. Basicamente, são os impostos que o Estado arrecada, mais as transferências da União, como o FPE, descontados os repasses aos Municípios. São esses os conceitos que a gente fala aqui durante a apresentação, mas é importante falar a diferenciação entre eles.

Só para finalizar, a receita líquida no primeiro quadrimestre foi de R\$ 6,94 bilhões (novecentos e quarenta milhões), a receita líquida disponível de R\$ 4,95 bilhões, e a receita líquida de impostos foi de R\$ 6 bilhões.

Analisando as despesas por grupo. O que são os grupos? Eles são os principais blocos de execução de despesas, como a folha de pagamento, os juros e encargos da dívida, a amortização, que é o pagamento das parcelas da dívida, o custeio, ou seja, os gastos básicos do governo com energia elétrica, etc., e os investimentos, que se referem à parte de obras e aquisição de material permanente. No total do primeiro quadrimestre, nós tivemos R\$ 7,32 bilhões de despesas. Um crescimento de 1% em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior.

O maior grupo, tal como o Secretário comentou, é da folha de pagamento ou gasto com pessoal. Foram quase R\$ 5 bilhões no primeiro quadrimestre. E aqui é importante também a gente frisar que essa folha de pagamento tem uma divisão, ou seja, ela é composta tanto pela folha de ativos, quanto dos inativos e pensionistas do Estado. A folha de ativos representa quase 60% e a de inativos e pensionistas representa praticamente 40%.

Separando as despesas totais por Poderes e Órgãos, é bom frisar que nem toda despesa é executada pelo Poder Executivo, então dos R\$ 7,32 bilhões nós tivemos R\$ 6 bilhões só do Executivo e a definição dos demais Poderes ficou praticamente em R\$ 10 milhões para Assembleia Legislativa, R\$ 16 milhões para o Tribunal de Contas, R\$ 63 milhões para o Judiciário e R\$ 25 milhões para o Ministério Público.

Separando as despesas por área de governo. Apresentamos aqui diversas visões. A Previdência Social representa a parcela de inativos e pensionistas que fica em R\$ 1,97 bilhão, a educação fica em R\$ 980 milhões, a saúde em R\$ 940 milhões, a segurança em R\$ 840 milhões e as demais funções, como por exemplo, dívida e função administrativa, demais áreas do governo, como agricultura e assistência social, somaram R\$ 2,58 bilhões.

A folha de pagamento, se agregada por área de governo. Quando a gente fala que a folha de pagamento do Estado é pesada, é bom analisar qual é a parcela de cada área de governo que compõe essa folha. Dos R\$ 4,960 bilhões, R\$ 1,940 bilhão é só de inativo e pensionista de todo o Estado, R\$ 720 milhões só de profissionais da educação, segurança pública são R\$ 630 milhões, judiciária são R\$ 410 milhões, saúde são R\$ 370 milhões e as demais áreas R\$ 890 milhões.

Aqui (*aponta para a imagem*) é o percentual do gasto com pessoal apurado conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é comparado com base na Receita Corrente Líquida. Então a gente compara a despesa líquida com pessoal com a nossa Receita Corrente Líquida e o percentual ficou muito próximo ao limite máximo previsto para o Poder Executivo, que é de 49%. [*Revisora Cláudia Fernandes de Souza*]

No 1º quadrimestre de 2017 a gente ficou em 48,99%, então é um percentual que também tem interferência direta conforme a arrecadação do Estado, ou seja, a gente depende muito da arrecadação ou de recursos extraordinários para manter esse percentual baixo. O limite prudencial é de 46,55% para o Poder Executivo e o seu limite de alerta, a primeira luz amarela que acende, é o percentual de 44,10%.

Pagamento de dívida. Quando a gente compara aqui o 1º quadrimestre de 2016 com o 1º quadrimestre de 2017, a gente já vê que deu quase 40% de pagamento menor



nesse 1º quadrimestre comparado ao exercício anterior, tanto nos juros e encargos quanto na parcela da dívida, que é a amortização. Então o total pago no 1º quadrimestre foi de R\$ 276 milhões, sendo que no 1º quadrimestre foi de R\$ 447 milhões.

A lâmina está mostrando os principais contratos da Dívida Pública, tanto externos quanto internos. O nosso maior volume é de contratos internos, principalmente com o BNDES, com a própria União – e eu não vou entrar aqui em detalhes até por causa do adiantado da hora, mas esses *slides* estarão à disposição no Portal da Transparência do Poder Executivo e também aqui para os Deputados. O percentual de comprometimento do endividamento em relação à Receita Corrente Líquida ficou em 40% no 1º quadrimestre de 2017 e em 2016 ficou em 41%.

O resultado nominal. Quando o Poder Executivo elabora a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que antecede o Orçamento-Geral do Estado, ele estabelece metas para resultado nominal e resultado primário. E o que é o resultado nominal? É a diferença entre o estoque da minha dívida de um exercício para o outro; então eu sempre comparo o estoque do período que a gente está apurando, no caso aqui é o 1º quadrimestre de 2017, em relação ao saldo que eu tinha no exercício anterior, eu comparo com 31 de dezembro de 2016. Então conforme as metas e as políticas fiscais que o governo vai adotando para aquele exercício, ele pode estabelecer uma meta tanto de redução do estoque da dívida quanto de crescimento. Por exemplo, a gente está em pleno Pacto por Santa Catarina, que é um programa de investimento do governo do Estado que prevê a contratação de empréstimos.

O governo sabe, pois adotou essa política, que ele vai aumentar um pouco o seu endividamento, então ele não teria... Ele pode estabelecer, conforme as suas políticas, uma meta de resultado nominal positiva, ou seja, um acréscimo da minha dívida, do meu estoque da dívida, ou uma meta negativa, que é a redução do estoque. Então para 2017 a meta estabelecida para o governo do Estado foi uma redução da dívida de R\$ 811 milhões. No 1º quadrimestre de 2017 o resultado nominal apurado apontou já um cumprimento da meta e o resultado alcançado foi de R\$ 2,047 bilhões. Ou seja, a gente conseguiu no 1º quadrimestre cumprir a meta de resultado nominal previsto.

Em relação ao resultado primário, que tem uma certa correlação com o resultado nominal, o cálculo é realizado conforme as receitas primárias arrecadadas, ou seja, é como se fossem as receitas operacionais do Estado, como por exemplo as receitas tributárias. Receitas de operações de crédito, empréstimos ou aplicações financeiras não são receitas comuns no Estado, ele pega eventualmente, ele contrata eventualmente, então essas receitas não são consideradas. Ao mesmo tempo, na parte das despesas, eu também não considero as despesas da dívida. Então essa é a diferença entre receitas e despesas primárias. A meta de resultado primário serve para a gente abater o estoque da dívida. Se a meta for positiva, é uma intenção de baixar o estoque da dívida; se a meta for negativa, e isso pode acontecer também, a intenção é de pagar esses juros ou esses empréstimos no futuro. Então, para 2017, a meta de resultado primário foi de R\$ 390 milhões, e no 1º quadrimestre a gente cumpriu a meta, chegando ao resultado de R\$ 415 milhões.

Os investimentos no 1º quadrimestre somaram R\$ 373 milhões, e aqui tem a comparação também com os anos anteriores. Agora já vou entrar na apresentação do 2º quadrimestre, e assim a gente finaliza.

Aqui (*aponta para a imagem*), só para expor para vocês qual era a meta prevista de arrecadação total do Estado no Orçamento de 2017. Estava previsto arrecadar R\$ 35,500 bilhões e a Receita Líquida prevista, ou seja, aquela já descontada as transferências dos Municípios, a transferência do Fundeb, seria de R\$ 26 bilhões, e é sobre esse valor que o Estado projeta as suas despesas também. Então em relação à



Receita Total prevista, a gente arrecadou R\$ 21,92 bilhões - essa comparação é em relação à Receita Bruta, o que representa 62% do arrecadado.

A composição das Receitas do Estado. O que são esses R\$ 21 bilhões? A maior parte, como vocês podem perceber, quase 70%, é de receita tributária, são os impostos arrecadados pelo Estado, que somaram no 2º quadrimestre R\$ 15 bilhões; as receitas de contribuições do regime de previdência somaram R\$ 1,430 bilhão; as operações de crédito, que são os empréstimos contratados, R\$ 280 milhões; as receitas patrimoniais, que são aplicações financeiras, 540; os serviços, 550; e as demais receitas, e aqui entram as transferências da União, R\$ 4 bilhões.

Em relação à arrecadação tributária própria, os nossos impostos, o total no 2º quadrimestre foi de R\$ 15 bilhões, e comparado ao 2º quadrimestre de 2016 a gente teve um acréscimo de 11%. O principal tributo estadual, que é o ICMS, a arrecadação foi de R\$ 12,450 bilhões, e o IPVA de R\$ 1,110 bilhão.

Os repasses do governo federal somaram R\$ 1,014 bilhão, tendo um acréscimo de 6% em relação ao 2º quadrimestre de 2016. Aqui eu vou citar o FPE, que é a nossa principal transferência da União, que somou R\$ 729 milhões; as deduções da receita, ou seja, quando a gente prevê ali a receita bruta, são descontadas as transferências do Município, somaram R\$ 3,720 bilhões no 2º quadrimestre de 2017; as transferências ao Fundeb, o Fundo da Educação Básica, que é uma forma de vincular já o recurso para ser destinado à educação, foram R\$ 2,190 bilhões; e outras deduções e restrições são aquelas receitas que eventualmente tenham sido recolhidas indevidamente pelo contribuinte, aí ele entra com um processo de restituição e recebe esse recurso de volta.

Então da Receita Bruta de R\$ 21,920 bilhões do 2º quadrimestre de 2017, a gente ficou com uma Receita Líquida de R\$ 15,790 bilhões.

Além das Receitas Líquidas, e aqui eu também trouxe esse esclarecimento, quando o Secretário fala que a crise bate se a gente não tem recurso suficiente, a gente começa a queimar um pouco das nossas gorduras, a gente também tem recursos de superávit, que são sobras de caixa de anos anteriores, que eventualmente são recursos de convênio que não conseguiram ser aplicados ou recursos de empréstimos que têm um cronograma estabelecido e que sobram de um exercício anterior, assim eles podem ser utilizados e financiar despesas do exercício seguinte. Então de recursos de superávit que foram utilizados até agora, de janeiro até o dia 31 de agosto, a gente teve mais R\$ 1,280 bilhão. Portanto, do total de recursos disponíveis, a gente teve R\$ 17,006 bilhões no 2º quadrimestre de 2017.

Aqui (*aponta para a imagem*) são aqueles conceitos que eu já tinha explicado: a Receita Corrente Líquida foi de R\$ 13,820 bilhões, a Receita Líquida de Impostos para base em educação e saúde, R\$12 bilhões, e a Receita Líquida Disponível, R\$ 9,830 bilhões.

Olhando agora do lado da despesa, o Orçamento inicial aprovado nesta Casa previa uma execução total de despesa de R\$ 26,070 bilhões em 2017. A gente já teve alterações orçamentárias que ampliaram esse teto, os créditos adicionais, de R\$ 3,230 bilhões, somando uma despesa autorizada para o Estado executar suas despesas de R\$ 29 bilhões. Efetivamente até agora, até 31 de agosto, o que já foi executado pelo Estado foram 54% desse Orçamento autorizado, ou seja, R\$ 15,820 bilhões de despesas liquidadas.

Aqui (*aponta para a imagem*) separando as despesas por grupos: folha de pagamento, dívida, custeio e investimentos. A gente tem R\$ 10,130 bilhões de folha, de pagamento de dívida foram R\$ 800 milhões, de custeio foram R\$ 3,880 bilhões, e de investimentos já alcançamos mais de R\$ 1 bilhão de despesas executadas.



Essa imagem mostra o valor dos repasses aos Poderes. Essa mostra despesas por área de governo, então separando os R\$ 15,820 bilhões: a maior parte é a Previdência Social, que chegou a quase R\$ 4 bilhões até o 2º quadrimestre de 2017; educação, R\$ 2,160 bilhões; saúde, R\$ 1,950 bilhão; segurança, R\$ 1,730 bilhão; dívida pública, cerca de R\$ 800 milhões, e demais funções de governo, R\$ 5,200 bilhões. Na folha de pagamento, de R\$ 10 bilhões, a maior parte é de inativos e pensionistas, depois vem a educação, de R\$ 1,510 bilhão; segurança, também R\$ 1,290 bilhão; a quarta maior é judiciário, então o Poder Judiciário aqui com R\$ 830 milhões; saúde, R\$ 740 e as demais áreas R\$ 1,830 bilhão.

Percentual do gasto com pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. No 2º quadrimestre a gente fechou também abaixo do limite máximo, que é de 49% para o Poder Executivo. O percentual alcançado foi de 48,84%, reflexo aí de um momento mais expressivo na arrecadação, mas, ainda assim, acima do limite prudencial. E aqui a gente trouxe os alertas, as consequências, as proibições que a gente tem quando atinge ou ultrapassa o limite prudencial, que é de 46,55%. Então, por exemplo, é proibido durante esse período a concessão de qualquer aumento, qualquer reajuste ou remuneração de servidores, exceto a revisão geral que está na Constituição Federal; criar cargos, empregos ou funções; alterar a estrutura de carreira ou provimento de cargo público, ou contratação, ou admissão, enfim. E aqui a gente destacou a questão da reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento nas áreas de educação, saúde e segurança, até porque a gente teve concursos nessas áreas e, por isso, estamos destacando essa situação.

Resultado nominal. A meta era de uma diminuição da dívida de R\$ 811 milhões e o resultado alcançado até o momento, até o 2º quadrimestre, foi de R\$ 1,034 bilhão. Em relação ao resultado primário, a meta era de R\$ 390 milhões de superávit primário, ou seja, receitas primárias maiores do que as despesas primárias, e no 2º quadrimestre a gente apresentou um pequeno déficit primário de R\$ 26 milhões, ou seja, a gente não alcançou a meta de resultado primário.

As garantias e contragarantias que o Estado pode conceder em relação a empréstimos, principalmente aqueles das empresas não dependentes, como, por exemplo, Celesc e Casan. Então, o nosso limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas resoluções do Senado Federal é de 22% da Receita Corrente Líquida, e até o momento a gente comprometeu 3,10% da nossa Receita Corrente Líquida com garantias e contragarantias concedidas, ou seja, R\$ 655 milhões. Historicamente esse percentual está sempre nessa faixa, de 3% da Receita Corrente Líquida.

Outro limite também definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e por resoluções do Senado é em relação às contratações de operações de crédito, porque elas não podem ultrapassar a 16% da Receita Corrente Líquida. Então a gente, nesse 2º quadrimestre, também está bem abaixo do limite estabelecido, comprometemos só 1,30% da Receita Corrente Líquida e efetivamente arrecadamos de operações de crédito nesse período R\$ 284 milhões.

Seriam essas as considerações, os números apresentados da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a gente fica à disposição para questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, vamos retomar os trabalhos.

(É refeita a mesa de autoridades.)

Quero agradecer a Secretaria da Fazenda pela apresentação e agora abro a palavra aos senhores Deputados para os questionamentos.

Com a palavra o Deputado Estadual José Milton Scheffer.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Presidente, quero aqui cumprimentar o nosso Secretário e também a Graziela, que é contadora, pela apresentação dos dados e também por trazerem à mostra vários índices que destacam em nível de Brasil o nosso Estado na questão fiscal. Isso, para nós, catarinenses... Somos um Estado pequeno, temos apenas 1% do território nacional, mas temos a sexta economia do País, e isso é fruto, e aquele estudo mostrou, da qualidade da nossa gente, do trabalho do povo catarinense e também da organização do Estado. A Secretaria da Fazenda, notadamente, sempre teve um quadro muito técnico e muito qualificado e nós devemos talvez muito desse superávit, além da qualidade das nossas empresas e da nossa gente, também ao trabalho feito pela Secretaria da Fazenda, pelo governo do Estado, e foi uma meta acertada não mexermos no ICMS.

Eu tenho algumas preocupações com relação aos números, principalmente com o orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, que mesmo a Assembleia em conjunto com o governo do Estado aprovando aumento dos recursos, ela ainda tem uma... As despesas liquidadas acabam sendo anuladas ou afetam o orçamento do ano anterior, acabando por ter um descontrole muito grande nessa área.

Uma outra grande preocupação que nós temos aqui no Estado é com relação à previdência. É sabido que no passado foram feitas muitas operações de transposição, de funções, de adequações sem a preocupação muitas vezes quanto às aposentadorias, sem o aporte financeiro para dar sequência a isso. E hoje nós acompanhamos um momento galopante no repasse de recursos para a questão previdenciária. O Orçamento de 2018 já prevê um somatório de quase R\$ 6 bilhões, que vai custar a nossa previdência do Estado. Somente do Orçamento vai precisar de um aporte aí de... Em 2017 são R\$ 3,600 bilhões e R\$ 3,735 bilhões. E é uma preocupação muito grande, porque nós já vimos alguns Estados com dificuldades e, às vezes, até países, como o caso da Grécia e outros, nos quais houve uma insolvência desse sistema. Qual é o caminho que nós temos que tomar para evitar essas questões?

E um outro questionamento: o Orçamento de 2018 prevê uma despesa de pessoal já ultrapassando o limite de 49%? [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, a palavra será dada a mais um Deputado e depois o Secretário em exercício responderá.

Com a palavra o Deputado Estadual Milton Hobus

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhores Deputados, cumprimento todos que nos acompanham e parabéns o Renato e a Graziela pela apresentação bastante elucidadora, mas, na mesma esteira do Deputado José Milton, nós temos nossas preocupações muito grandes.

Eu queria objetivamente perguntar a respeito da questão da saúde. Cumprindo o constitucional dos 13,2 que o Secretário colocou que é a expectativa, quanto ficaria o déficit ainda comparativo ao gasto corrente que está na saúde? Porque nós entendemos que pelo volume de dívidas apresentadas na saúde, se executarmos apenas 13,2 do orçamento, nós não vamos chegar ao final do ano com as despesas cobertas. Então, peço ao Secretário que responda isso e se já tem uma previsão de quando começaremos a reversão da curva em função do ajuste que foi feito da Previdência do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o senhor Secretário Adjunto de Estado Renato Dias Marques de Lacerda.

O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA (SC) – Bom, eu acho que posso responder conjuntamente as duas colocações.



Em relação ao orçamento da Saúde, hoje nós estamos com aquele índice de 12,79% e a meta é de 13%. As projeções que nós temos e o trabalho que nós estamos fazendo no Tesouro são para conseguir a meta de 13%.

Em relação ao controle das despesas e dos cancelamentos de despesas liquidadas que o Deputado Zé Milton colocou, existem normas nas finanças públicas em relação ao cumprimento dessas obrigações de empenho, e nós fazemos periodicamente comunicações e orientações para que todos os órgãos, e não só a Saúde, façam a gestão na contratação das suas despesas; que as despesas sejam devidamente empenhadas para que não tenha nenhum risco de descontrole, como o Deputado José Milton mencionou, de restarem despesas para serem pagas no exercício seguinte.

Eu reconheço aqui que a meta é complexa, nós temos pouco tempo, agora faltam três meses para terminar o exercício, mas eu acredito, sim, que nós vamos conseguir compensar nesses três meses essa diferença que ainda não foi destinada à Saúde no acumulado até agora.

Em relação à Previdência, foram feitas algumas alterações no sistema previdenciário de Santa Catarina, nos dois ou três últimos anos, de maneira que diminua a profundidade dessa curva. Hoje nós não temos aposentadoria acima do teto da Previdência sem a contribuição para um fundo previdenciário separado. E foi criado o SC Prev nesse sentido. A solução para esse passado, Deputado Hobus, é complicado. Realmente nós temos um corpo de servidores aposentados com direitos adquiridos, e o que nós podemos fazer é a gestão para que esse número não cresça irresponsavelmente. Então, se for possível fazer a gestão do corpo ativo e dos aposentados, com a responsabilidade de quem contratar hoje um funcionário para trabalhar em qualquer área de governo saber que esse funcionário vai trabalhar alguns anos na ativa, mas ele vai integrar a massa de aposentados até o resto da vida dele. Mesmo que seja sobre o teto da Previdência, ele representa, sim, um ônus de uma despesa corrente contínua e eterna, enquanto ele estiver vivo. Então isso depende de questões de reforma em nível nacional que foge um pouco do nosso alcance.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Antônio Aguiar, vossa excelência deseja fazer uso da palavra? (*O Deputado Antônio Aguiar abre mão da fala.*)

Com a palavra o Deputado Estadual Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Senhor Presidente, senhores Parlamentares, senhor Secretário. O Secretário apresentou aqui o relatório da gestão fiscal dos dois primeiros quadrimestres, e ele utilizou para sustentar um pouco a política governamental catarinense um relatório da Consultoria Tendências que coloca Santa Catarina atualmente como segundo em competitividade. E cita, inclusive, na sua apresentação o relatório do Santander e outros. Citou inclusive a revista Época. É claro que a prestação de contas evidentemente é para apresentar números, e não para uma defesa do governo.

Por exemplo, essa questão da competitividade é um índice feito por relatório (*ininteligível*) que obedece um princípio liberal, uma visão de estado que, às vezes, eu não compartilho. Tenho outra posição. E esse relatório... mas sobre o relatório, senhor Secretário, vossa excelência apresentou os dados do relatório. Como está no relatório a solidez fiscal de Santa Catarina? Como está no relatório - eu pergunto nesse mesmo relatório que vossa excelência apresentou - a eficácia, a eficiência da máquina pública? Como Santa Catarina está evoluindo? Eu perguntaria.

Segundo, foram apresentados dados relativos à dívida a curto e a longo prazos que demonstram... quer dizer, em relação à capacidade de endividamento Santa Catarina tem uma situação adequada, foi apresentado, esses relatórios mostram. Mas



nós percebemos que há uma dívida importante de curtíssimo prazo, Santa Catarina não consegue pagar os prestadores, e na Saúde diz que tem uma dívida de R\$ 500 milhões, não se paga os prestadores de serviço na segurança pública e uma série de questões que não são pagas. Mesmo assim, Santa Catarina faz outros empréstimos e tem um relatório da própria Secretaria da Fazenda mostrando aqui os anos de 2017 e de 2018 que serão os piores anos para as contas públicas catarinenses, em função de ter que pagar o Fundam 1, eventualmente o Fundam 2 e, a partir de junho, terá que começar a pagar as contas, o percentual com a União. Então eu pergunto: vão ser os dois piores anos das contas públicas do Estado?

Outra questão: em relação ao Fundam 2, o Fundam é um empréstimo tomado pelo governo estadual para repassar aos Municípios, tem um ano de carência e se paga em quatro anos. Circulou aqui na Assembleia um relatório de um consultor da Fazenda contrário ao Fundam, porque entende que um empréstimo de curtíssimo prazo... bem, para auxiliar os Municípios, mas para as contas públicas do Estado, vossa senhoria, sendo o Governador ou o Secretário da Fazenda, de forma continuada acha adequado fazer esse tipo de empréstimo que é o Fundam?

Outra pergunta. Em relação à Previdência, Santa Catarina no final do ano 2016 tirou todo o dinheiro daquela previdência que o Luiz Henrique tinha criado em separado e utilizou para pagar os aposentados no final do ano. Ele fez uma pedalada fiscal aqui, conseguiu aprovação na Assembleia, tirou os recursos que era para pagar a Previdência a longo prazo e voltou para a Previdência, colocou no bolo comum. O Secretário achou que foi adequada aquela retirada de recursos para as contas públicas do Estado?

Depois, pergunto sobre uma questão que não foi abordada, que Santa Catarina tem que repor recursos do ICMS que acabou retirando, através de uma segunda opinião da maioria, de uma pedalada fiscal da Celesc e de outros, qual é a situação dessa questão?

Depois, faço outra pergunta: vossa senhoria fala que a tabela do SUS está defasada, como sendo um dos problemas do Estado. Ali talvez não haja uma compreensão adequada que a tabela do SUS não tem a ver com que se repassa para o SUS. O repasse do SUS é um repasse feito pela União, pelos Estados e pelos Municípios, por um sistema único, por um fundo. Não tem a ver com a tabela. A tabela é dali para fora. Como é que vai pagar o procedimento ao prestador. Inclusive, esta Assembleia aprovou a possibilidade de uma tabela diferenciada em Santa Catarina, mas me parece que a tabela do SUS não tem a ver com dificuldade do pagamento... aliás, se corrigir a tabela do SUS, aí, vai faltar mais dinheiro, porque isso é para pagar o prestador. Está aqui o eminente ex-diretor do hospital de Rio do Sul, Milton Hobus, que sabe bem disso. Mas pergunto em relação à saúde: Por que a lei do SUS prevê que o Fundo de Saúde tem que ser gerenciado pela Secretaria da Saúde? Por que a Fazenda não devolve para o Secretário de Saúde o gerenciamento do Fundo de Saúde?

E finalmente faço a seguinte pergunta: Santa Catarina, vossa senhoria falou que tem prêmios pela transparência, mas nós sabemos que a Secretaria da Fazenda publica os relatórios de transparência, mas ao que parece ela tem mais dois diários que não são oficiais, outras publicações; uma, inclusive, que publica a remissão de dívida, a isenção de ICMS. Então, eu pergunto: a Secretaria publica alguma coisa que não está no Diário Oficial? E se publica, como nós aqui vamos fiscalizar se não podemos ter acesso às informações? Então, se não podemos ter acesso às informações de que maneira se trata isenção fiscal e outras questões que a Secretaria faz lá dentro? A gente não consegue compreender. Então a pergunta é: Tem diário secreto? A Secretaria da Fazenda tem um diário secreto? Diário oficial secreto? Diz que tem. A pergunta é: é



secreto para quem? Para os Parlamentares? Não podemos ter acesso às informações? Esses dias pedimos informações sobre de que maneira se trata os contribuintes, essa questão de isenção de tributos, de remissão e outros, aí, veio a resposta dizendo que é sigiloso. Não me parece ser sigiloso, em todo o caso... Então eu pergunto: tem diário secreto? Se tem, como nós vamos ter acesso aos diários secretos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Solicito ao secretário Renato de Lacerda que responda a cada uma das perguntas formuladas pelo eminente Deputado Fernando Coruja, por gentileza.

O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA (SC) – Deputado Coruja, obrigado pelas perguntas, eu vou tentar organizar um pouco as respostas.

Em relação à apresentação, realmente o senhor observou bem quando nós apresentamos alguns cenários iniciais da economia, e isso não foi para pintar um cenário desconexo da apresentação das metas fiscais. Pelo contrário, é para ficar bem claro ali que nós temos um ambiente econômico adverso e estamos saindo para um ambiente econômico promissor. Mostramos que temos um quadrimestre historicamente difícil, que foi esse segundo quadrimestre, e entraremos agora, já estamos, num quadrimestre historicamente promissor. Demonstramos que aquela questão da premiação que foi só uma introdução, na qual eu perdi cinco minutos, depois já passamos para os números, aquele cenário e aquele reconhecimento de competitividade estão conectados aos 43 projetos em análise hoje, que tem um potencial para gerar 5.500 empregos para Santa Catarina, um investimento de R\$ 5,9 bilhões. Então, para cada um desses 5.500 catarinenses essa diferença de competitividade vai fazer a diferença, porque eles vão sair de uma situação de desemprego para um emprego conquistado pelo Estado que mostrou competitividade. Então foi só um cenário para trazer para a questão econômica, sim.

Então foi uma construção para mostrar que esse momento realmente virá, porque historicamente temos um quadrimestre bom, porque as projeções já mostram crescimento econômico para 2017. Usei outro estudo para mostrar, e a gente quando traz a fonte externa é para mostrar que não é Santa Catarina que está projetando, são fontes diversas de mercado. Então eu peguei o Santander porque foi uma publicação que saiu a semana passada, publica uma projeção de crescimento para 2017, já existem projeções de crescimento para 2018, e Santa Catarina sempre acima da meta das médias nacionais. Então todos esses estudos econômicos, macroeconômicos e históricos que nós temos, nos permitem projetar o futuro.

Quem estuda economia sabe que nós temos variáveis diversas e obviamente é usada uma projeção econométrica do passado para projetar o futuro. Nesse sentido, eu acredito, sim, que ao contrário do que o senhor perguntou, os dois anos seguintes serão anos bem melhores, serão anos de crescimento pujante, serão anos em que haverá mais geração de emprego, que Santa Catarina vai gerar riqueza, o Estado de Santa Catarina será um Estado que consolidará essa projeção nacional. Nós esperamos que boa parte daqueles R\$ 5,9 bilhões (*falha na gravação*) com Paraná e Rio Grande do Sul, não só na hora de vender os nossos produtos, mas a multinacional que quer investir no Brasil está decidindo entre Brasil e Paraguai. Então, esses frutos se consolidando e se realizando, teremos com certeza dois anos melhores pela frente.

Em relação ao Fundam 2...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Secretário, eu tenho a impressão que vossa excelência não respondeu as perguntas que eu fiz. Os próximos dois anos, eu acho que ninguém tem dúvida, que serão melhores do ponto de vista econômico. Eu não disse que não serão melhores. (*Ininteligível*)... há uma



perspectiva de crescimento, o Brasil vai ter mais emprego. A pergunta que eu fiz para vossa senhoria, na verdade, foram duas: primeira, nesse relatório que vossa senhoria colocou, qual é [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.] [Taquígrafa-Leiturista: Sibelli D'Agostini] a situação da solidez fiscal? Porque você apresentou um relatório e colocou alguns dados. Então eu queria saber, nesse mesmo relatório, como está a solidez fiscal de Santa Catarina? E a segunda pergunta que eu fiz, foi se os próximos 2 anos... em relação às contas públicas, não é em relação à economia, porque nos próximos 2 anos, pelo relatório da própria Secretaria, vai ser o ano que vai ter que fazer mais desembolso das dívidas passadas. Estou dizendo em relação às contas públicas, não é em relação à economia. A economia eu concordo plenamente que vai melhorar, não estou discordando.

Então essas duas coisas: como está a solidez fiscal, porque não foi respondido nesse relatório que vossa senhoria apontou, e a eficiência da máquina pública, a situação das contas públicas do Estado, da dificuldade administrativa por conta do desembolso que tem que se fazer do crescimento vegetativo da folha, da previdência, que foi falado aqui, e o desembolso que tem que se fazer da dívida a curto prazo.

O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA (SC) – Eu seguia na construção aqui, porque foram algumas perguntas e eu estava organizando. Eu ia mencionando o Fundam 2, porque é um financiamento que está autorizado, mas ainda não foi contratado. Então não é possível ainda afirmar que esse financiamento vai ter um ano ou dois de carência, nós não temos ainda esses dados.

Existem... o BNDES tem uma forma de trabalhar, que não necessariamente vai repetir as mesmas condições do contrato anterior. Não acredito que o Fundam 2 terá um período de carência muito curto, mas acredito que nas questões fiscais, sim, a economia vai se refletir nas contas públicas. Porque automaticamente, e pelo grau de eficiência da administração tributária que nós temos hoje com o grau de inadimplência baixo, o movimento econômico se refletirá imediatamente em receita.

Em relação à eficiência da máquina e da solidez fiscal, foram mostradas algumas telas aqui, posso voltar e repassar algumas. Por exemplo, o controle do endividamento no grau de 43% demonstra uma eficiência na gestão, demonstra a solidez fiscal. Aquele gráfico - não sei se o senhor estava aqui na hora, eu percebi que o senhor saiu da sala e não percebi quando o senhor voltou - demonstrou que a arrecadação tributária quando aumenta em nível superior à inflação, demonstra ao lado da gestão fiscal a receita. Eu mencionei aqui para todos compreendermos, quando nós... o Deputado coloca solidez fiscal, nós estamos automaticamente falando de dois conceitos: o lado da receita e o lado da despesa. Então a solidez fiscal tem a conjugação dos dois lados.

A receita vai crescer solidamente, isso não temos dúvida, porque segue espelhada com crescimento econômico e aquele (*mostra a imagem*) viés da curva azul já mostra que nós teremos um crescimento superior à inflação. Do lado do gasto, foi apresentada também a composição do gasto. A nossa folha de pagamento hoje corresponde a 60% da despesa total, possui uma intervenção estatal na gestão, que é feita particularmente pela Secretaria de Administração, que tem conseguido resultados que de alguma forma controlou o seu crescimento vegetativo. Hoje a folha que virou no dia 31 de agosto, o encerramento desse quadrimestre, teve um crescimento de 4,37%, aquele número representa isso. A folha de 31 de agosto foi maior do que a folha do ano anterior apenas (*falha na gravação*)... isso é o que a curva vem mostrando. Então nós trabalhamos com intervenções de gestão, no que é possível, e acompanhamos as tendências. Se complementando esse gráfico com as tendências, que estão desenhadas



ali (*mostra a imagem*), nós teremos, sim, um quadro de solidez fiscal, com aumento da receita e o controle da folha dentro do que é possível.

Os números que foram mostrados em relação à responsabilidade fiscal - os senhores me desculpem por ficar indo e voltando nos gráficos. Aquele número... a folha cresce 4%, está crescendo 4%, mas esse (*mostra a imagem*) gráfico da Lei de Responsabilidade Fiscal se aproxima do 49, porque mesmo que a folha não suba nada esse índice mostra a folha em relação à receita, é uma equação folha dividido por receita. Se a receita cai, ainda que a folha fique congelada, esse número vai aumentar. Então a queda da receita fez com que a folha encostasse no índice, não é que houve um descontrole da folha, a fração tem dois lados, então quando a receita caiu a folha mesmo parada representa mais em relação ao volume de receita. Então como a retomada econômica e o espelhamento na receita... esse (*mostra a imagem*) gráfico tende também a descer, porque a curva da receita, a linha vermelha vai subir então a solidez fiscal vai se consolidar com o espelhamento das variáveis macroeconômicas sim, e também com as ações de gestão que são feitas no Estado.

Não posso... a questão do Fundam 2 não dá para dizer ainda se haverá essa carência, mas em relação às dívidas de curto prazo foi mencionado aqui também, que uma boa parte das dívidas de curto prazo são dívidas que tem o lastro financeiro. Então são dívidas que apesar do volume maior ali, são dívidas que possuem lastro financeiro.

Em relação ao fundo social, que foi colocado aqui também, essa dívida com os Municípios já foi assunto de deliberação no Tribunal de Contas e de apreciação por essa Casa. Foi feita uma lei que obrigou o Estado a reverter àqueles recursos do fundo social aos Municípios dentro de um cronograma que está espelhado no endividamento. Nós reconhecemos a dívida pela lei, então existe um compromisso do Estado em repassar os recursos ao Município, essa dívida está contabilizada e nós estamos cumprindo o cronograma que foi deferido por essa Casa naquela lei.

Em relação à questão da transparência, senhor Deputado, existe o Diário Oficial do Estado e as publicações são feitas lá e existem também as publicações eletrônicas, todas no portal da Secretaria da Fazenda. Então eu posso responder com certeza, como Secretário Adjunto em exercício e como auditor fiscal de carreira, que não existe diário secreto, não existe nada paralelo, não existe nada que não possa ser publicado (*falha na gravação*) de cada contribuinte em relação às suas informações econômicas.

O Código Tributário Nacional, que é uma legislação complementar nacional, determina que as informações econômicas de um contribuinte pertencem a eles. Se por algum motivo ou por alguma obrigação legal ele é obrigado a fornecer essa informação para mim, eu tenho, em função do meu dever legal, que cumprir o sigilo da informação que pertence ao contribuinte. Então nós fazemos as publicações das renúncias, fazemos, na lei orçamentária nós mandamos as estimativas, detalhamos por setor, detalhamos o máximo possível para preservar a identidade de um contribuinte.

Nós temos prestado todos os esclarecimentos, que são solicitados por essa Casa e também pelo Tribunal de Contas, para esclarecer a questão dos incentivos fiscais. Não necessariamente são renúncias, porque quando uma empresa vem para Santa Catarina e diz assim: Olha, eu estou indo para o Paraguai... Agora se você tiver um incentivo fiscal competitivo, eu entre ir para o Espírito Santo, para Goiás ou para o Paraguai eu posso vir para Santa Catarina. Se Santa Catarina não tem o incentivo, Santa Catarina não ganha nada, essa empresa vai para o Paraguai, para onde for. Então a arrecadação é zero. Se existe algum incentivo para essa empresa vir nós não perdemos nada em relação ao que nós temos e passamos a arrecadar todo volume de negócios, empregos, economia e ICMS que essa empresa vai gerar.



Infelizmente, teve a questão da guerra nacional que tomou um nível descontrolado no Brasil, mas se Santa Catarina se omitisse nos dez últimos anos nós hoje nem teríamos os cinco portos que nós temos, nós não teríamos hoje multiplicado por seis o nosso movimento de *container* em Santa Catarina, não teríamos dobrado a nossa arrecadação, não teríamos atraído os grandes negócios, como foi, por exemplo, a BMW, que botou Santa Catarina de uma vez na rota dos grandes investimentos nacionais e internacionais. Então a questão dos incentivos fiscais realmente foi necessária para o nosso Estado de Santa Catarina se colocar na rota dos investimentos.

Em relação à tabela do SUS, senhor Secretário, eu confesso que não sou um profissional da área de saúde e não tenho talvez todo o conhecimento que o senhor e os outros membros desta Casa têm, mas a informação que nós temos é que Santa Catarina presta o serviço e teria o reembolso da União em função dos procedimentos prestados pelos hospitais estaduais, que seriam serviços prestados pelo SUS. Esse reembolso que é feito da União para os Estados é que está com valor, e não só para Santa Catarina, mas para todos os Estados, está depreciado em relação aos gastos com procedimentos. Não sei se faltou algum ponto, Secretário, desculpa é que foram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Para esclarecer só, porque eu não fiquei satisfeito com a resposta. Primeiro, eu pergunto da solidez fiscal, porque o mesmo relatório que está aqui na minha mão “Ranking de competitividade dos Estados”, mostra Santa Catarina em 21º lugar, em termo de solidez fiscal em 25º lugar, 21º lugar...

O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA (SC) – Eficiência da máquina, eu acho que o senhor está falando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Não, solidez fiscal! Eficiência da máquina está em 7º lugar, 8º lugar... Porque quando vossa senhoria coloca os números, evidentemente, coloca só os números que, de repente... lembra o famoso Ministro Rubens Ricupero, mostrava só os números que são muitas vezes... porque a preocupação é em relação as contas públicas. Quando vossa senhoria coloca que o cenário econômico vai ser melhor, nós concordamos com isso, agora a preocupação é com as contas públicas. Por exemplo, com a questão do Fundam, tudo bem, não sabe como é que vai ser o Fundam, mas eu pergunto: se o Fundam tiver um ano de carência? É adequado fazer esse tipo de empréstimo? Porque Santa Catarina tem feito uma brutal antecipação de receita, toda semana está aprovando um projeto aqui, essa semana antecipamos ainda a receita dos precatórios. Antecipamos porque você recebe 10%, mas tem que pagar em 10 anos. É uma grande antecipação de receita.

O próprio Secretário Almir, segundo uma reportagem do Diário Catarinense, em uma reunião colocou que a situação das contas públicas é dramática. Por isso, que a gente se preocupa. O que nós queremos chamar atenção é de que há dificuldade, sim, nas contas públicas do Estado e que a dificuldade maior, segundo os relatórios que eu percebo, vai ser nos anos de 2017, 2018, em função não da capacidade de endividamento, mas da capacidade de pagamento. Santa Catarina tem capacidade de endividamento, mas não tem capacidade de pagamento. Os anos serão difíceis. Então em 2017, 2018, a pergunta é: nós temos que contrair empréstimos dessa ordem? A preocupação é essa, não é com a economia, que sabemos que vai melhorar, está melhorando, são ciclos. Nós concordamos com tudo que vossa senhoria coloca, como a questão fiscal, não há discordância. A preocupação é com as contas públicas, que eu sinceramente não estou satisfeito. Vou apresentar um pedido de convocação do Secretário, porque nós precisamos discutir melhor as contas públicas do Estado. Com esse mesmo relatório que vossa senhoria coloca, que é um relatório privado, de uma



consultoria privada. A política dos grandes bancos né?! Santander... que são coisas muito diferentes, a política dos grandes bancos da política que a gente acredita. Às vezes a economia vai bem para um determinado setor, mas tem que ter a discussão de outras formas. Então esse mesmo relatório mostra que em relação à solidez fiscal Santa Catarina tem dificuldade e esses números precisam ser apresentados também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Quero cumprimentar o Deputado Natalino Lázare que aqui se faz presente, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Se vossa excelência desejar, faça parte aqui conosco da mesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Eu estou encaminhando ao Secretário. Esse aqui foi divulgado pela própria Secretaria mostrando o gráfico de como os próximos anos vão ser os piores, pelo menos é o que o gráfico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Solicito documento para fazer a remessa ao Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO CORUJA – Está publicado na imprensa, agora, me pergunto se é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Finalizada a participação do senhores Deputados, passo a palavra ao Secretário para finalização da sua apresentação

O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA (SC) – Vou me abster de fazer a análise do gráfico agora, porque eu não tenho conhecimento da autoria, mas reafirmo, senhor Deputado, e com toda a devida vênia que a crise não é uma desculpa. A crise é uma realidade!

Nós fomos obrigados a visualizar uma queda de arrecadação sensível. Honramos todas as nossas obrigações, pagamos salário em dia, não atrasamos (*falha na gravação*) da arrecadação tributária líquida, nós damos 25% aos Municípios mais 21,88% para os Poderes. O que sobra é o que permite o Poder Executivo fazer a gestão da dívida pública, da folha de pagamento, da educação, da saúde, da segurança. Então, eu diria, senhor Deputado, que este ano é um ano bastante difícil. Porque neste ano nós temos dívidas para pagar, nós temos salários para pagar, nós temos problemas na saúde, dívidas de curto prazo que se acumularam, é verdade, mas nós temos uma receita tributária limitada. Para o ano que vem nós teremos um cenário econômico melhor, haverá crescimento da economia, nós teremos aumento do consumo em Santa Catarina e arrecadação tributária vai descolar da curva da despesa. Agora, nesse período em que a arrecadação foi baixa não existe outra forma de fazer investimento se não for através de operação de crédito. A operação de crédito, como eu coloquei antes, é uma operação responsável fazer investimento. O que não se pode fazer, como nós temos ouvido na imprensa, não é inteligente (*falha na gravação*) para pagar despesas de custeio, porque nós teremos que pagar depois... no mês seguinte acaba esse empréstimo e não se tem o recurso para pagar o mesmo custeio. Aí, você se desfaz de uma empresa pública e no outro ano não tem mais o ativo para fazer e não tem mais o crédito para tomar. E daí faz o quê? Então, realmente, o cenário é de melhora na receita e nós continuaremos no Estado de Santa Catarina, com o apoio da Secretária da Fazenda e das outras áreas, tentando fazer o controle dos gastos. A análise de endividamento dos contratos que o Poder Executivo está buscando é feita dentro de negociações feitas por técnicos dentro de um cronograma em que seja possível o pagamento, porque independente do que acontecia com um governo ou com outro, o Estado de Santa Catarina continua, nós servidores continuaremos lá e quem vai pagar essa dívida é o povo de Santa Catarina. Temos essa visão responsável de que não podemos colocar em risco o que foi construído até aqui.



Muito obrigado a todos pela atenção, pela paciência, pela compreensão da complexidade do tema na substituição do Secretário Almir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores, encerro a presente reunião, cumprimentando a todos. Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Revisora-Estagiária: Bruna Scalco*] [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.*][*Leiturista Final: Ilka Maria Fretta*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA**